



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 30 de janeiro de 2024

<b>Bolsas</b> Na segunda-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na segunda-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b>	<b>CDI</b>	<b>CDB</b>	<b>Inflação</b>
São Paulo: <b>0,36%</b> Nova York: <b>0,59%</b>	128.262 / 128.502 23/1 24/1 26/1 29/1	R\$4,946 (+ 0,71%)	R\$ 1.412	Comercial, venda na sexta-feira <b>R\$ 5,353</b>	Ao ano <b>11,65%</b>	Prefixado 30 dias (ao ano) <b>11,23%</b>	IPCA do IBGE (em %) Julho/2023: 0,12 Agosto/2023: 0,23 Setembro/2023: 0,26 Outubro/2023: 0,24 Novembro/2023: 0,28

## CONTAS PÚBLICAS

# Rombo fiscal de 2023 é o maior desde a covid

Pagamento de precatórios herdados pelo governo Bolsonaro, em dezembro, ajudou a engordar em R\$ 92,4 bilhões o saldo negativo das contas do governo federal do ano passado, chegando a R\$ 230,5 bilhões, ou 2,1% do PIB

» EDLA LULA

O resultado entre tudo o que o governo federal arrecadou e tudo o que gastou em 2023, sem considerar o pagamento dos juros da dívida pública, foi negativo em R\$ 230,5 bilhões em 2023. O resultado respondeu por 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB) e foi o pior desde 2020, durante a pandemia da covid-19, quando o rombo fiscal foi recorde e chegou a 9,8% do PIB. Em valores, é o segundo pior da série histórica do Tesouro Nacional, iniciada em 1997. Mas, em percentual do PIB, ficou atrás também do resultado de 2016, de 2,6%.

De acordo com relatório do Tesouro, divulgado ontem, somente em dezembro, o déficit primário chegou a R\$ 116,1 bilhões devido ao pagamento do estoque de precatórios — dívidas judiciais da União que não cabem mais recursos. Os dados referem-se ao governo central, que engloba o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central.

Devido às “pedaladas” nos precatórios, o governo anterior entregou um saldo positivo nas contas de 2022, de 0,5% do PIB, o primeiro superávit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) desde 2014.

Ao comentar o aumento do rombo das contas públicas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ponderou que a metade do montante é explicada pelo pagamento do estoque de precatórios e pelas compensações aos estados e aos municípios por perdas com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), também resultado de medidas do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). “É preciso considerar que esse resultado é a expressão de uma decisão que o governo tomou de pagar o calote que foi dado, tanto em precatórios quanto nos governadores em relação ao ICMS sobre combustíveis. Desse R\$ 230 bilhões, praticamente a metade é pagamento de dívida

do governo anterior que poderia ser prorrogada para 2027 e que nós achamos que não era justo com quem quer que fosse o presidente na ocasião”, disse Haddad.

O pagamento extraordinário do estoque de precatórios — que são dívidas do governo após decisão judicial — somou R\$ 92,4 bilhões. Outros R\$ 14,8 bilhões foram repassados aos estados, para compensar perdas pela redução do ICMS, promovida por Bolsonaro em 2022.

Sem considerar o pagamento dos precatórios, segundo o Tesouro Nacional, o déficit apurado no mês de dezembro seria de R\$ 23,8 bilhões, o que levaria o resultado, ao final do ano, a um saldo negativo de R\$ 138,1 bilhões, equivalente a 1,3% do PIB.

Por isso, o ministro da Fazenda considerou que os analistas de mercado saberão fazer a leitura correta do resultado, reconhecendo o esforço do governo com a responsabilidade fiscal. “Foi a segunda vez, desde a redemocratização, que o Estado brasileiro deu um calote. A primeira foi no governo (Fernando Collor e a segun-

da, no governo Bolsonaro. Eu penso que isso ficou para trás e eu penso que o mercado entendeu e reagiu bem àquilo que estava programado”, comentou ele, em referência à pedalada institucionalizada nos precatórios, que foi aprovada pelo Congresso por meio das emendas constitucionais nº 113 e 114, publicadas em dezembro de 2021.

O limite de gastos com precatórios estava previsto para acontecer até 2026, coincidindo com o fim do atual mandato. Naquela ocasião, Bolsonaro estava na corrida à reeleição e a medida foi interpretada por seus críticos como um tipo de “calote” — conforme citou, ontem mesmo, o ministro — para que sobrasse dinheiro público em ano eleitoral.

Em janeiro de 2023, Haddad havia anunciado a intenção de levar o saldo nas contas públicas para 1% do PIB, mas o déficit foi bem maior com a decisão

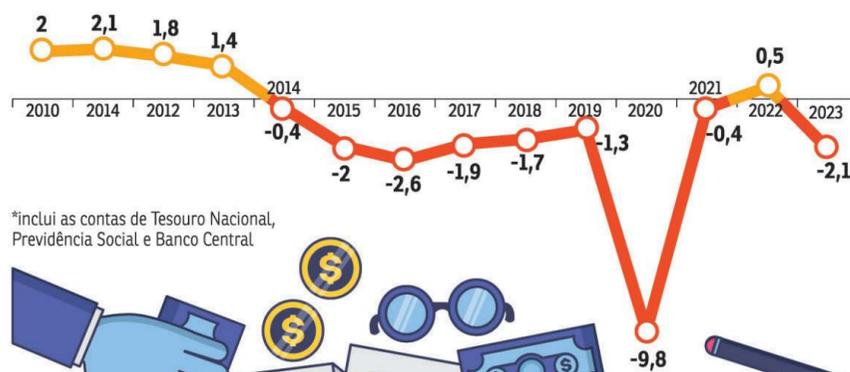
## Descompasso

Governo registra, em 2023, o segundo maior rombo fiscal da série histórica do Tesouro Nacional, iniciada em 1997, em grande parte, devido ao pagamento do calote de precatórios do governo anterior

### EVOLUÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

#### Resultado primário do governo central\*

Em % do PIB



\*Inclui as contas de Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central



Valdo Virgo/CB/D.A Press

#### Bola de neve

Ao assumir o cargo em 2023, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deparou-se com projeções que apontavam para um rombo fiscal que podia chegar a R\$ 700 bilhões, caso a regra do limite dos precatórios fosse mantida. Para conter essa bola de neve herdada do governo anterior, ele apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a disposição para antecipar o pagamento de até R\$ 95 bilhões em precatórios, zerando o estoque da dívida. Em dezembro, com a autorização do Supremo, foram pagos R\$ 92,4 bilhões que constam do relatório do Tesouro Nacional.

do pagamento do estoque de precatórios herdado pelo governo anterior. Apesar disso,

o ministro não se arrependeu. “Valeu a pena fazer o esforço e valeu a pena tomar essas duas decisões que foram posteriores a um anúncio de 12 de janeiro, mas que encontram respaldo em boas práticas, tanto do ponto de vista da economia quanto do ponto de vista constitucional, do direito brasileiro”, afirmou.

#### Meta para 2024

Com esse argumento, o chefe da equipe econômica disse acreditar que será possível, em 2024, manter a meta de zerar o saldo nas contas do governo, conforme consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano. “No que nos diz respeito, vamos continuar seguindo o caminho que assumimos”, disse o ministro, apontando, no entanto, que esse compromisso é construído em diálogo com o

Congresso Nacional.

“A meta é estabelecida de comum acordo com o Congresso Nacional, mas o resultado primário depende muito dessa boa interação com o Judiciário e com o Legislativo. Nós não somos o único Poder da República. O Poder Executivo, quando ele é o único Poder da República é uma ditadura, ele não depende do Judiciário nem do Legislativo. Nós estamos numa democracia”.

O governo negocia com o Congresso Nacional a aprovação da Medida Provisória 1202, de 2023, que ficou conhecida como MP da Reoperação. A matéria, editada pelo governo em dezembro, põe fim à desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia, além de taxar novamente empresas do segmento de eventos, que tiveram a tributação zerada em função da pandemia de covid-19.

Em entrevista aos jornalistas

#### NÚMEROS

### R\$ 230,5 BILHÕES

Tamanho do déficit primário do governo central em 2023, equivalente a 2,1% do PIB

### 12,5%

Aumento da despesa total em 2023, para R\$ 2,1 trilhões

### 2,2%

Queda real da receita líquida em 2023, para R\$ 1,9 trilhão

#### OS VILÕES

Principais impactos nas despesas que ajudaram no déficit primário recorde

Benefícios previdenciários  
Aumento de 7,9% em 2023, para **R\$ 913,4 BILHÕES**

Pagamento de precatórios  
**R\$ 92,4 BILHÕES**

Compensação de ICMS (Lei Complementar 201)  
**R\$ 14,8 BILHÕES**

Fonte: Tesouro Nacional

na qual detalhou os números das contas públicas de 2023, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que os dados de arrecadação de janeiro permitem à equipe econômica manter a meta estabelecida pelo governo de zerar o saldo fiscal em 2024. Sem antecipar os números, o secretário disse que o governo tem conseguido recuperar a base de receitas e, por isso, é cedo para falar em cortes de gastos ou mudança de meta fiscal.

“No momento, as notícias são animadoras em relação a 2024. Seguimos conforme o planejado para o ano”, afirmou Ceron. “Para 2024, temos metas arrojadas que serão perseguidas, e, da mesma forma, vamos mostrar com transparência o que afetou negativamente e positivamente a busca desses resultados”, completou o chefe do Tesouro.

## Aumento de despesas ajuda no déficit

O saldo deficitário de R\$ 230,5 bilhões nas contas públicas de 2023 foi resultado do descompasso entre a arrecadação e os gastos. A receita líquida, de R\$ 1,9 trilhão, encolheu 2,2% em relação a 2022, em termos reais (descontada a inflação). Enquanto isso, as despesas avançaram 12,5%, na mesma base de comparação, para R\$ 2,1 trilhões, conforme os dados do Tesouro Nacional divulgados ontem.

Além do pagamento dos precatórios, quedas na arrecadação de receitas importantes contribuíram para esse resultado

negativo de 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB), o segundo maior rombo nominal das contas públicas da série histórica do Tesouro Nacional.

A arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), de 11,8%, e das concessões e de dividendos, que despencaram 82% e 44,7%, respectivamente. Ainda houve redução de 21,1% nas receitas não administradas pela Receita Federal, uma vez que o desempenho positivo das commodities de 2022 não se repetiu em 2023.

As administradas, por sua vez, caíram 1%, no último ano, porém com a rubrica “Outras Receitas Administradas pela Receita” cresceram 39,5%. “Parte das medidas fiscais aprovadas pelo Executivo no decorrer do ano passado afetam diretamente essa rubrica, como o imposto sobre exportação de óleo bruto e o programa de redução de litigiosidade, que, em conjunto, arrecadaram cerca de R\$ 10 bilhões em 2023”, observou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Do lado das despesas, houve

aumento de 42,4% das obrigatórias com controle de fluxo, onde está o Bolsa Família, além do crescimento de 7,9% dos benefícios previdenciários, impactados, especialmente, pela correção acima da inflação do salário mínimo. Os gastos discricionários cresceram 15,3%.

Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, ressaltou que o aumento de medidas arrecadatórias implementadas em 2023 não foram suficientes para compensar a queda nas receitas não tributárias, como concessões e dividendos “Excluindo os

eventos extraordinários do resultado primário, teríamos um déficit de R\$ 146,8 bilhões (1,3% do PIB), longe da meta ‘informal’ do governo de um déficit de 1% do PIB”, completou.

O economista da XP acredita que as medidas recém-aprovadas pelo Congresso para aumentar as receitas devem ter um efeito positivo, “mas não o suficiente para atingir a meta de déficit zero, uma vez que a base de 2023 ficou muito abaixo do estimado pelo projeto de lei orçamentária”. Ele lembrou que algumas

**Resultado ficou longe da meta ‘informal’ do governo”**

**Tiago Sbardelotto, economista da XP**

receitas incluídas no Orçamento permanecem “altamente incertas”, como os R\$ 34,5 bilhões das concessões ferroviárias e os R\$ 35 bilhões da mudança nos subsídios do ICMS.

“Além disso, ainda vemos pressão proveniente de gastos relacionados à previdência e assistência social, o que poderia exigir algum bloqueio nas despesas discricionárias (mas não deve aumentar o gasto total)”. A projeção do analista é que o saldo primário do governo central atingirá um déficit de R\$ 74,5 bilhões, em 2024, correspondente a 0,6% do PIB. (EL)